




Brasília-DF
2014



A Agência Nacional de Águas (ANA) tem como missão implementar e coordenar a gestão compartilhada e integrada dos recursos hídricos e regular o acesso a água, promovendo o seu uso sustentável em benefício da atual e das futuras gerações.



Sede da ANA em Brasília (DF)
Raylton Alves / Banco de Imagens ANA

Agência Nacional de Águas (ANA)

www.ana.gov.br

A Agência Nacional de Águas (ANA) tem a atribuição legal de implementar o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), criado para assegurar o uso sustentável de nossos rios e lagos para a atual e para as futuras gerações.

Isso implica regular o uso da água pelos mecanismos instituídos pela Lei nº 9.433, de 1997, dentre os quais se destacam: a outorga, para disciplinar a utilização dos corpos hídricos, tanto para captação de água quanto para lançamento de efluentes; a fiscalização, para assegurar que as outorgas sejam licenças efetivamente respeitadas e não meros formalismos cartoriais; e a cobrança, para assegurar que os corpos hídricos sejam utilizados com parcimônia, além de possibilitar a geração dos recursos financeiros necessários à recuperação e conservação dos rios e lagos. Estes três mecanismos vêm sendo implementados de forma articulada em cada bacia hidrográfica, o que impõe a necessária sintonia entre a ANA e os órgãos e entidades gestoras de recursos hídricos dos governos estaduais, tendo em vista a dupla dominialidade da União e dos estados, a que estão sujeitos os rios brasileiros.

No entanto, o espaço de regulação da ANA alcança outros instrumentos de gestão, também fundamentais para o bom funcionamento do SINGREH e representam a base para a boa governança da água no País. Nesse sentido, a Agência desempenha ações de Apoio à Gestão, de Monitoramento e de Planejamento de Recursos Hídricos, além de oferecer um conjunto de Informações para melhoria da ação dos órgãos gestores de recursos hídricos e dos setores usuários desses recursos.

Os planos de recursos hídricos, por exemplo, permitem diagnosticar e orientar ações específicas de alocação de água aos diferentes usuários, além de identificar restrições e oportunidades de desenvolvimento de atividades produtivas que se valem da água como insumo básico.

A ANA estimula, ainda, a criação de comitês de bacias hidrográficas, em especial em rios de domínio da União, que, por sua vez, promovem a articulação de representantes da sociedade civil, de usuários da água e dos poderes públicos, na construção de uma agenda pautada na proteção dessas bacias e sintonizada nas oportunidades de desenvolvimento sustentável de suas áreas. Promove, além disso, um conjunto de programas e projetos destinados à disseminação de boas práticas na utilização dos recursos hídricos, à despoluição de bacias hidrográficas, e à disseminação de informações periódicas sobre a condição das bacias hidrográficas brasileiras, entre outros.

Em resumo, a ANA concilia competências de implementadora da Política Nacional de Recursos Hídricos e do SINGREH, além de exercer o papel de agência reguladora e de instância indutora de boas práticas no campo da utilização das águas.

Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH)

Em 1997 entrou em vigor a Lei nº 9.433/1997, também conhecida com “Lei das Águas”, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e a criação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh) e da Agência Nacional de Águas (ANA). Considerada inovadora por gerar uma forma de gestão descentralizada e participativa, a Lei das Águas está baseada em seis fundamentos:

- ◆ A água é um bem de domínio público;
- ◆ A água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico;
- ◆ Em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais;
- ◆ A gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas;
- ◆ A bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;
- ◆ A gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades.

Para garantir a gestão racional e o uso sustentável dos recursos hídricos, a Lei nº 9.433/1997 estabelece os seguintes instrumentos de gestão:

- ◆ Planos de Recursos Hídricos;
- ◆ Enquadramento dos corpos d’água em classes, segundo os usos preponderantes;
- ◆ Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos;
- ◆ Cobrança pelo uso da água; e
- ◆ Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos.

Com base nos fundamentos da Lei e em seus instrumentos de gestão, a ANA procura garantir que os diferentes tipos de usos da água sejam feitos de forma complementar, sem que um uso impeça os demais, considerando também a necessidade de prevenção de eventos hidrológicos críticos.

Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH)

Sensível às múltiplas demandas por recursos hídricos e aos conflitos que poderiam ser gerados ou potencializados em torno da questão da água, a Constituição Federal de 1988 previu a organização do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH). Conjunto de mecanismos jurídicos e administrativos, o Sistema visa a coordenar a gestão integrada dos recursos hídricos e a implementar, de forma participativa, a Política Nacional de Recursos Hídricos – estabelecida pela Lei das Águas (Lei nº 9.433/1997).

Integram o SINGREH: o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH); a Agência Nacional de Águas (ANA); os conselhos estaduais de recursos hídricos; os comitês de bacias hidrográficas; as instituições federais, estaduais e municipais responsáveis pela gestão de recursos hídricos; e as agências de água. Veja a seguir a organização do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dos sistemas estaduais.



*Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente.

REGULAÇÃO

Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos

Este instrumento tem o objetivo de assegurar o controle quantitativo e qualitativo do uso da água e o exercício efetivo dos direitos de acesso aos recursos hídricos. A ANA concede, por meio de autorização, o direito de uso de recursos hídricos em corpos d'água sob jurisdição federal, e também outorga concessões preventivas. A ANA também é responsável pela emissão da disponibilidade de reserva de água para fins hidrelétricos e sua posterior conversão em concessão de direito para o uso dos recursos hídricos.

Os seguintes usos não estão sujeitos à concessão de direito para o uso dos recursos hídricos, mas seu registro junto ao CNARH é obrigatório:

I - limpeza e conservação de margens, incluindo dragagem, desde que não alterem o sistema, a quantidade ou a qualidade da água do corpo d'água;

II - obras de travessia de corpos d'água que não interfiram na quantidade, qualidade ou no regime das águas, cujo cadastro deve ser acompanhado pela Capitania dos Portos com relação à compatibilidade com a navegação, e

III - usos com vazões de captação máximas instantâneas inferiores a 1,0 L/s, quando não houver deliberação diferente por parte do CNRH ou um critério diferente expresso no plano da bacia hidrográfica em questão.

Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH)

Os aproveitamentos hidrelétricos com potência instalada superior a 1MW são sujeitos à Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH), emitida pela ANA, no caso de rios da União, e pelos órgãos gestores estaduais, no caso de rios de domínio estadual. A Declaração é emitida em favor da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) anteriormente à concessão ou autorização do potencial de energia hidráulica – o objetivo é reservar a disponibilidade de água necessária ao aproveitamento hidrelétrico. Após a concessão ou autorização do uso do potencial hidráulico, a DRDH é convertida em outorga de direito de uso de recursos hídricos em favor do concessionário ou autorizado.

Irrigação em Itaipulândia (PR)
Zig Koch / Banco de Imagens ANA





Barragem do rio Iraí (PR)
Zig Koch / Banco de Imagens ANA

Certificado de Avaliação da Sustentabilidade da Obra Hídrica (CERTOH)

O Certificado de Avaliação da Sustentabilidade da Obra Hídrica (CERTOH) é emitido pela ANA para obras de reservação ou adução de água bruta executadas ou financiadas com recursos da União, com valores iguais ou superiores a R\$ 10 milhões.

Na análise das obras hídricas, a Agência observa critérios de sustentabilidade pelas óticas hídrica e operacional, o que significa que os empreendimentos devem contribuir para o aumento do nível de aproveitamento hídrico da bacia hidrográfica e devem apresentar mecanismo institucional que garanta a operação e manutenção adequadas da infraestrutura hídrica.

Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNARH)

O Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNARH) é uma das etapas do processo de regularização de usos de recursos hídricos superficiais ou subterrâneos, pois através do cadastro pode-se conhecer com mais detalhes as demandas de usos em uma determinada bacia hidrográfica. Assim, o cadastro é o primeiro passo para o processo de regularização dos usos e pode ser realizado diretamente no Sistema CNARH (<http://cnarh.ana.gov.br>).

O Cadastro é alimentado pelo próprio usuário de água ou durante processo de cadastramento coletivo de quem usa o recurso. O CNARH inclui dados de usuários de rios estaduais e da União. Alguns dos principais instrumentos da gestão de recursos, como a outorga, a cobrança e a fiscalização de uso, se baseiam no cadastro. O enquadramento dos corpos d'água e o planejamento também utilizam o instrumento como uma importante fonte de informação.

Serviços Públicos de Irrigação

A ANA normatiza e fiscaliza o uso dos recursos hídricos federais, os serviços de irrigação sob concessão e o abastecimento de água bruta. A Agência também é responsável pela criação de regulamentos para a prestação de tais serviços e por estabelecer padrões de eficiência e taxas, quando aplicável, além da gestão e auditoria de seus contratos de concessão. Considerando esta atribuição, a ANA deve regular os novos projetos do Governo Federal para Parcerias Público-Privadas (PPP) que tratam de projetos de serviço de irrigação. A Agência também regulará o Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF), que trata do desenvolvimento da infraestrutura hídrica que consiste de dois canais principais (Norte e Leste) e visa à integração das bacias do Rio São Francisco com os rios temporários do semiárido.

Operação de Reservatórios

Para cumprir sua missão de proteger os vários usos da água, além de planejar e promover ações para prevenir e atenuar os efeitos de secas e inundações, a Agência Nacional de Águas propõe as condições operacionais de reservatórios por agentes públicos e privados.

Diariamente a ANA monitora e analisa a situação dos principais reservatórios, observando suas condições e restrições operacionais, tais como o fluxo máximo que pode ser liberado por um reservatório e os níveis de armazenamento de água.

A ANA também prepara Boletins Informativos diários, quinzenais e mensais que relatam informações sobre e a análise das condições de tais reservatórios. Relatórios especiais são publicados sempre que necessário. Entre os Boletins Informativos disponíveis no site da Agência, destacamos: Rio São Francisco, Sistema Hidráulico do Rio Paraíba do Sul, Sistema Cantareira, Sistema Interconectado Nacional e os principais reservatórios do nordeste.

Segurança de Barragens

As atribuições da Agência foram alteradas em 2010 (Lei nº 12.334/2010, artigo 21) e três novas responsabilidades foram estabelecidas: organizar o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB); promover a coordenação entre as agências estaduais reguladoras de barragens; e coordenar a preparação do Relatório sobre Segurança de Barragens e submetê-lo anualmente ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH).

Fiscalização

A fiscalização feita pela ANA compreende três tipos de atividades: do uso da água; da segurança de barragens; e da concessão de serviços públicos federais para adução de água bruta para o sistema de irrigação, visando a assegurar os usos múltiplos de acordo com as condições estabelecidas na outorga de direito de uso da água. Com um regime principalmente preventivo, o objetivo da inspeção é orientar os usuários sobre os requisitos legais e procedimentos, a fim de evitar atos ilícitos. No entanto, a fiscalização também pode ser repressiva por meio da imposição de sanções, de acordo com a lei.



APOIO À GESTÃO

Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos

Prevista na Lei das Águas, a cobrança pelo uso de recursos hídricos foi instituída com três objetivos: incentivar o uso racional da água, dar ao usuário uma indicação do seu real valor e obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos Planos de Recursos Hídricos. Desde 2001, em conjunto com gestores estaduais e comitês de bacias hidrográficas, a ANA desenvolve ações para implementar a cobrança no Brasil.

Os recursos arrecadados são repassados integralmente às respectivas entidades delegatárias de funções de agência de água para serem aplicados em melhorias hidroambientais, em conformidade com os planos de aplicação plurianual aprovados pelos comitês. Os recursos têm viabilizado iniciativas para a recuperação das bacias como, por exemplo, a elaboração e implementação de estudos, planos e projetos de saneamento básico, controle de erosão, recuperação de áreas degradadas e educação ambiental.

Águas Subterrâneas

Com o objetivo de propiciar a gestão integrada de águas subterrâneas e superficiais, a ANA promove uma extensa agenda de ações no tema, conforme previsto no Programa Nacional de Águas Subterrâneas (PNAS-PNRH), envolvendo a ampliação do conhecimento hidrogeológico nacional, a promoção da aplicação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos nas águas subterrâneas, o apoio à gestão compartilhada dos aquíferos interestaduais e transfronteiriços, além de capacitação técnica específica.

Capacitação em Recursos Hídricos

A ANA oferece capacitação técnica e de conscientização da sociedade brasileira em relação aos recursos hídricos. Os cursos podem ser presenciais ou a distância e o público-alvo é bastante diversificado: agentes gestores dos órgãos de recursos hídricos, membros e lideranças dos organismos de bacia, usuários de recursos hídricos, formadores de opinião e jovens. Também participam das ações de capacitação agentes gestores de diversos países estrangeiros com que a ANA faz cooperação internacional.

Apoio a Comitês de Bacias Hidrográficas

Uma das atribuições mais importantes da ANA é estimular e apoiar as iniciativas voltadas à criação de órgãos gestores estaduais de recursos hídricos, de comitês de bacias hidrográficas e de agências de água. O objetivo é fortalecer a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos de forma compartilhada, descentralizada e participativa, em atendimento aos preceitos da Lei das Águas.

Os comitês de bacias hidrográficas constituem a base do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), sendo um exemplo concreto de gestão democrática. Representantes do poder público, da sociedade civil organizada e dos usuários de água compõem esses colegiados. A criação de um Comitê está sujeita à aprovação mediante deliberação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), sendo posteriormente efetivada por Decreto Presidencial.

Reunião de comitê de bacia
Raylton Alves / Banco de Imagens ANA





Rio Xingu (PA)
Rui Faquini / Banco de Imagens ANA

PLANEJAMENTO

Planos de Recursos Hídricos

Compete à ANA, em parceria com órgãos e entidades públicos e privados integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), promover a elaboração de estudos de planejamento, que incluem os planos de recursos hídricos e as necessárias orientações para a aplicação de recursos financeiros da União em obras e serviços de regularização de corpos d'água, de alocação e distribuição de água e de controle de poluição hídrica.

Os planos de recursos hídricos são planos diretores que visam a fundamentar e a orientar a implementação da Política Nacional e o gerenciamento da água. O horizonte de planejamento é compatível com o período de implementação dos programas e projetos previstos. A ANA também participou do processo de construção e revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos, coordenado pela Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente (SRHU/MMA), e supervisiona a sua implementação.

Além disso, a Agência coordena ou apoia a elaboração de planos de recursos hídricos nas bacias hidrográficas de rios de domínio da União (São Francisco; Verde Grande; Paraíba do Sul; Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ); Tocantins-Araguaia; Doce; afluentes da margem direita do rio Amazonas; Paranaíba; e Piranhas-Açu). Os planos já elaborados alcançam 51% do território nacional e 54 milhões de habitantes.

Atlas Brasil – Abastecimento Urbano de Água

O Atlas Brasil – Abastecimento Urbano de Água, coordenado pela Agência Nacional de Águas, consolida um trabalho de diagnóstico e planejamento nas áreas de recursos hídricos e saneamento no Brasil, com foco na garantia da oferta de água para o abastecimento das sedes urbanas em todo o País.

A partir dos resultados de diagnóstico detalhado, em que são avaliados todos os mananciais e sistemas de produção de água de cada sede urbana brasileira, são indicadas as principais obras e ações de gestão e os respectivos investimentos necessários para o atendimento das demandas até 2025. Além disso, são apontadas ações de coleta e tratamento de esgotos necessárias para a proteção da qualidade das águas dos mananciais.

Atlas de Vulnerabilidade a Inundações

No âmbito de sua missão de prevenir eventos extremos, a ANA produziu o Atlas de Vulnerabilidade a Inundações, que mapeou a ocorrência e os impactos associados às inundações graduais nos principais rios brasileiros. O Atlas de Vulnerabilidade a Inundações inclui informações padronizadas com cobertura nacional sobre riscos de inundação, que podem auxiliar na formulação de iniciativas e políticas públicas de prevenção e mitigação dos impactos negativos desses fenômenos.



MONITORAMENTO

Rede Hidrometeorológica Nacional

É composta por um conjunto de estações distribuídas em pontos estratégicos em todo o território nacional. A Rede Hidrometeorológica Nacional destina-se à coleta de dados sobre os rios (nível e vazão, por exemplo) e estatísticas sobre precipitação (chuva). Com os dados coletados são geradas informações que servem como subsídio para estudos e projetos que exigem o conhecimento da disponibilidade de água e do potencial hídrico das bacias hidrográficas brasileiras.

Os dados e informações também são estratégicos para a tomada de decisões pelos gestores públicos para atenuação dos efeitos prejudiciais de eventos hidrológicos críticos (como inundações e secas), para o setor elétrico (como o inventário do potencial energético e a gestão operacional), de transporte (hidrovias e construção de pontes), para a agricultura (principalmente irrigação), e para outros setores urbanos e industriais. A rede de informação hidrometeorológica sob responsabilidade da ANA possui atualmente mais de 4,5 mil estações hidrometeorológicas em operação. Algumas dessas estações são telemétricas, o que torna possível rastrear em curtos espaços de tempo dados sobre precipitação e nível dos rios em locais estratégicos.

Programa Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas (PNQA)

O Programa Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas (PNQA), desenvolvido pela ANA, visa a ampliar o conhecimento sobre a qualidade dos recursos hídricos superficiais no Brasil, de forma a orientar a elaboração de políticas públicas para a recuperação da qualidade ambiental em corpos d'água interiores como rios e reservatórios, contribuindo assim com a gestão sustentável dos recursos hídricos.

Está em andamento a construção de uma Rede Nacional de Monitoramento de Qualidade das Águas a ser operada pelos estados com a coordenação da ANA. Além disso, o Programa prevê capacitação, melhoria da qualidade dos laboratórios que realizam análises de água, avaliação e divulgação periódica dos resultados obtidos com o monitoramento e padronização de parâmetros e procedimentos.

Sala de Situação e Monitoramento de Eventos Críticos

A Sala de Situação da ANA monitora as tendências hidrológicas em todo o território nacional, utilizando a análise da variação de precipitação e os níveis e variações de fluxo em grandes rios e reservatórios. A previsão de chuvas e clima é também levada em consideração a fim de evitar ou minimizar os efeitos de eventos hidrológicos extremos. Esta tarefa é realizada pelo Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos em cooperação com o órgão central do Sistema Nacional de Defesa Civil, em apoio aos estados e municípios.

A Sala de Situação da ANA atua como um centro de gerenciamento de situações críticas que subsidia a tomada de decisão do Diretoria Colegiada da Agência e trabalha com monitoramento de bacias hidrográficas prioritárias, reservatórios, sistemas de alerta hidrológico e suporte a declarações de estado de emergência ou catástrofe pública.

Em consonância com o princípio da gestão descentralizada dos recursos hídricos e a fim de alcançar maior integração, articulação e escala de monitoramento e previsão de eventos críticos, a ANA tem apoiado, desde 2011, a implementação de Salas de Situação em todos os estados. As Salas de Situação estaduais são conectadas ao centro de monitoramento da ANA em Brasília.

A ANA também dá suporte a alguns dos Sistemas Brasileiros de Alerta Hidrológico, em conformidade com as suas obrigações legais de planejar e promover a prevenção e mitigação de secas e inundações. Além dos sistemas de alerta existentes, a Sala de Situação também emite comunicados quando um evento hidrológico crítico é detectado (inundação e seca) em qualquer rio ou reservatório monitorado. Essas comunicações são realizadas por meio de relatórios com a frequência que o evento requer.

Régua para medir nível de rios
Cláudia Dianni / Banco de Imagens ANA





Tratamento de água em Curitiba (PR)
Zig Koch / Banco de Imagens ANA

PROGRAMAS E PROJETOS

Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas (PROGESTÃO)

Em um esforço de articulação política e administrativa para apoiar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, a ANA oferece aos estados a possibilidade de adesão voluntária ao Programa de Consolidação do Pacto Nacional de Gestão das Águas (Progestão), que concede recursos financeiros para melhorar a gestão dos recursos hídricos estaduais.

O programa repassa até cinco parcelas de R\$ 750 mil por estado, mediante a comprovação do cumprimento de metas, fixadas pela União e o estado, que são aprovadas pelo respectivo Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Exemplos de ações estimuladas pelo Progestão são: aperfeiçoamento da rede de monitoramento, formação de banco de dados sobre disponibilidade hídrica ou emissão de outorga, estudos e planos de bacia, capacitação ou adoção da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, entre outras.

Programa de Desenvolvimento do Setor Água (INTERÁGUAS)

O Programa de Desenvolvimento do Setor Água (INTERÁGUAS) é um esforço do Brasil de buscar uma melhor articulação e coordenação de ações no setor, ao criar um ambiente onde as áreas envolvidas com a utilização da água possam se articular e planejar suas ações de maneira racional e integrada, de modo a contribuir para o fortalecimento da capacidade de planejamento e gestão no setor, especialmente nas regiões menos desenvolvidas do País.

Programa Produtor de Água

O objetivo do Programa Produtor de Água é induzir a revitalização ambiental de bacias hidrográficas por meio da modalidade pagamentos por serviços ambientais mediante ações de conservação de água e solo no meio rural. Com diferentes arranjos institucionais que envolvem várias parcerias, o programa oferece assistência técnica e estimula a adoção de práticas que gerem impactos positivos na oferta quantitativa e qualitativa das águas que chegam às cidades.

Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES)

O Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES) visa a reduzir os níveis de poluição por esgotos domésticos nas bacias hidrográficas brasileiras, melhorando a qualidade das águas, em especial daquelas que apresentam graves problemas de poluição hídrica causada pelo lançamento de esgotos sanitários sem tratamento.

O Prodes estimula prestadores de serviços públicos de saneamento a investir na implantação, ampliação e operação de Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) por meio de um contrato. O programa não financia diretamente obras ou equipamentos, nem realiza qualquer pagamento ao prestador de serviço antes do início do funcionamento da ETE. O prestador só é remunerado após o início da operação do empreendimento, em razão das metas de redução da poluição.

Programa de Cooperação Internacional

A cooperação para a gestão dos recursos hídricos tem adquirido destaque crescente no âmbito das relações internacionais do País. O Brasil é internacionalmente reconhecido pelos avanços da implementação da política hídrica no cenário nacional e por sua atuação nos debates internacionais relacionados à gestão de águas e a integração com os aspectos do desenvolvimento socioeconômico e da proteção ambiental.

A ANA promove e busca retroalimentar a experiência acumulada no País por meio de ações de assistência técnica, capacitação e intercâmbio de boas práticas com os países e organismos estabelecidos pelos tratados dos quais o Brasil é signatário. As ações privilegiam a cooperação com os países vizinhos, latino-americanos e lusófonos da África e Ásia. No âmbito regional, as ações são desenvolvidas em articulação com os organismos e agências internacionais parceiras do Brasil. Em sua atuação internacional, a ANA conta sempre com o apoio da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério de Relações Exteriores (ABC/MRE).



INFORMAÇÃO

Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil

O Conselho Nacional de Recursos Hídricos atribuiu à ANA a responsabilidade de elaborar o Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil sistemática e periodicamente. A publicação foi concebida para ser um instrumento de avaliação do grau de implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos e da Política Nacional de Recursos Hídricos e orientar as revisões e atualizações do Plano. O material é publicado com periodicidade quadrienal (Relatório de Conjuntura) e anual (Informes).

O Relatório de Conjuntura apresenta o balanço dos últimos quatro anos do setor e revela a situação dos recursos hídricos e da gestão em todo o País. Os Informes buscam atualizar as informações do Relatório de Conjuntura no intervalo entre suas edições e têm como objetivo avaliar as modificações e evoluções relativas ao ano anterior. A primeira versão do Relatório foi lançada em 2009.

Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH)

O Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH) é um dos instrumentos de gestão da Política Nacional sobre Recursos Hídricos. Seu objetivo é: reunir, dar consistência, compartilhar dados e informações sobre o status qualitativo e quantitativo dos Recursos Hídricos no Brasil, permanentemente atualizar as informações sobre a disponibilidade e a demanda de Recursos Hídricos, além de fornecer insumos para a elaboração dos Planos de Recursos Hídricos.

De forma a atingir estes objetivos, o SNIRH é composto por subsistemas, banco de dados integrado, infraestrutura computacional, plataforma de integração e recursos humanos e organizacionais. A Agência Nacional de Águas, em conformidade com os princípios, propósitos e diretrizes da Política Nacional de Recursos Hídricos, é responsável por organizar, implementar e gerenciar o SNIRH.

PRÊMIO ANA

Desde 2006 a Agência Nacional de Águas promove o Prêmio ANA com periodicidade bienal. O objetivo da premiação é reconhecer iniciativas brasileiras que se destaquem pela excelência de sua contribuição para a gestão e o uso sustentável dos recursos hídricos, promovendo o combate à poluição e ao desperdício. A Caixa Econômica Federal é a patrocinadora exclusiva desde a primeira edição.

Iniciativas de várias partes do País já participaram do Prêmio ANA representando diversos setores, como: empresas, governo, imprensa, organizações não governamentais, organismos de bacia, entre outros. Para saber mais sobre os trabalhos que já foram finalistas e vencedores de todas as edições da premiação, acesse o Banco de Projetos em <http://premio.ana.gov.br>. O objetivo da página é divulgar as boas práticas para que elas possam ser replicadas por todo o Brasil.

Os vencedores de cada categoria recebem o Troféu Prêmio ANA (em destaque na foto ao lado), peça criada pelo mestre-vidreiro italiano Mario Seguso exclusivamente para a premiação.

Troféu Prêmio ANA
Mauro Viery / Banco de Imagens ANA





SERVIÇOS

Audiências públicas

audienciapublica.ana.gov.br

O objetivo das audiências públicas realizadas pela ANA é colher subsídios e informações junto à sociedade para matérias em análise, bem como oferecer aos interessados a oportunidade de encaminhar seus pleitos, opiniões e sugestões relativas ao assunto em questão. As audiências podem contar com sessões públicas presenciais ou não presenciais.

Biblioteca Virtual

www.ana.gov.br/bibliotecavirtual

Espaço aberto à construção e ao compartilhamento do conhecimento que visa a armazenar, recuperar e disseminar informações da área de recursos hídricos de domínio da União.

Banco de Imagens ANA

www.ana.gov.br/bibliotecavirtual/imagens/default.asp

Acervo fotográfico com imagens de todas as regiões hidrográficas do País e atividades da ANA. O material está disponível gratuitamente a todos os interessados que, respeitando os direitos de propriedade da ANA e a política de uso das imagens, podem utilizá-las para os mais diversos fins, exceto para comercialização.

Sistema Hidroweb

hidroweb.ana.gov.br

O sistema Hidroweb disponibiliza dados hidrometeorológicos relacionados à chuva, aos níveis dos rios, às vazões médias diárias, à qualidade de água, aos sedimentos em suspensão, aos perfis transversais dos rios e aos resumos de medições de descargas líquidas.

SNIRH

www.ana.gov.br/portalsnirh

A página eletrônica abriga os seguintes conteúdos: informações sobre o SNIRH; documentos produzidos no âmbito do projeto; artigos sobre o sistema e a gestão de recursos hídricos; notícias sobre o desenvolvimento do SNIRH, etc.

Telemetria

www.ana.gov.br/telemetria

Os dados hidrometeorológicos (nível, chuva e vazão) são recebidos em tempo real por transmissão automática de dados da rede de estações telemétricas.

CNARH

cnarh.ana.gov.br

Com essa ferramenta, cada usuário pode preencher voluntariamente os dados relativos ao uso da água, além de consultar e corrigir on-line as informações sempre que o uso for alterado.

Protocolo Geral

srv-anacad.ana.gov.br/proton/protocolo.asp

Todos os cidadãos podem consultar e acompanhar, a qualquer hora, a tramitação de processos e documentos protocolados na Agência.

Pedido de Outorga

www2.ana.gov.br/Paginas/servicos/outorgaefiscalizacao/agilize.aspx

A ANA oferece a possibilidade de acompanhar via internet todas as etapas necessárias à regularização do uso da água, desde o seu registro até a emissão da outorga de direito de uso de recursos hídricos.



A página da ANA no **Facebook** (www.facebook.com/anagovbr) posta notícias veiculadas no *site* da instituição (www.ana.gov.br), vídeos e fotos do Banco de Imagens, dicas de uso racional da água, glossário de termos sobre recursos hídricos, dicas de serviços e campanhas.

Facebook

www.facebook.com/anagovbr



O perfil da ANA no **Twitter** (www.twitter.com/anagovbr) publica o mesmo conteúdo do Facebook e ainda retweeta (retransmite) assuntos relacionados a recursos hídricos postados por perfis seguidos pela ANA, além de ações promocionais com seus seguidores.

Twitter

www.twitter.com/anagovbr



O canal de vídeos da ANA no **YouTube** (www.youtube.com/anagovbr) possui um acervo com vídeos institucionais e animações sobre a Agência e os recursos hídricos, vídeos enviados por participantes de concursos, entrevistas e reportagens. Os vídeos estão separados por temas, como: campanhas, saneamento, qualidade das águas, gestão, monitoramento de rios, etc.

YouTube

www.youtube.com/anagovbr

A Agência Nacional de Águas oferece um serviço de Fale Conosco em seu *site* (www.ana.gov.br) a fim de responder a dúvidas diversas dos cidadãos. Por isso, a instituição compilou uma lista de respostas às perguntas mais frequentes, englobando diferentes temas de sua competência e também de assuntos que vão além de suas atribuições. Caso a dúvida não seja respondida num primeiro momento, o internauta pode enviar um pedido de acesso a informações, conforme prevê a Lei de Acesso à Informação (LAI).

Fale Conosco

<http://www2.ana.gov.br/Paginas/servicos/faleconosco/faq.aspx>

Para atender a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), a Agência Nacional de Águas oferece à sociedade o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC). Através dele a população pode encaminhar pedidos de acesso a informações relacionadas à ANA, por meio de formulário eletrônico.

Serviço de Informação
ao Cidadão (SIC)

<http://www2.ana.gov.br/Paginas/acessoainformacao/sic.aspx>



Ministério do
Meio Ambiente

